

Mello, Janine; Pereira, Ana Camila Ribeiro

Working Paper

Dinâmicas do terceiro setor no Brasil: Trajetórias de criação e fechamento de organizações da sociedade civil de 1901 a 2020

Texto para Discussão, No. 2891

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Mello, Janine; Pereira, Ana Camila Ribeiro (2023) : Dinâmicas do terceiro setor no Brasil: Trajetórias de criação e fechamento de organizações da sociedade civil de 1901 a 2020, Texto para Discussão, No. 2891, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2891-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/285013>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2891

**DINÂMICAS DO TERCEIRO SETOR
NO BRASIL: TRAJETÓRIAS
DE CRIAÇÃO E FECHAMENTO
DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL DE 1901 A 2020**

**JANINE MELLO
ANA CAMILA RIBEIRO PEREIRA**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**DINÂMICAS DO TERCEIRO SETOR NO
BRASIL: TRAJETÓRIAS DE CRIAÇÃO E
FECHAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL DE 1901 A 2020¹**

JANINE MELLO²

ANA CAMILA RIBEIRO PEREIRA³

1. Este texto foi elaborado em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: <mapaos@ipea.gov.br>.

3. Consultora no âmbito do Programa de Cooperação CEPAL/Ipea. *E-mail*: <anacamilarp@gmail.com>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social

ANTONIO LASSANCE

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

© Nações Unidas 2023

LC/BRS/TS.2023/12

Mello, Janine

Dinâmicas do terceiro setor no Brasil : trajetórias de criação e fechamento de Organizações da Sociedade Civil de 1901 a 2020 / Janine Mello, Ana Carolina Ribeiro Pereira. – Brasília: IPEA, 2023. 39 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 2891).

Inclui Bibliografia.

1. Sociedade civil. 2. Terceiro setor. 3. Entidades sem fins lucrativos. 4. Organizações. 5. Brasil. I. Pereira, Ana Camila Ribeiro. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 658.048

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

MELLO, Janine; PEREIRA, Ana Camila Ribeiro. **Dinâmicas do terceiro setor no Brasil:** trajetórias de criação e fechamento de Organizações da Sociedade Civil de 1901 a 2020. Brasília: Ipea, jun. 2023. 39 p. (Texto para Discussão, n. 2891). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2891-port>.

JEL: Q10; Q15.

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes> e <https://www.cepal.org/es/publications>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou dos países que representa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Os Estados-membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir este estudo sem autorização prévia. É solicitado, apenas, que mencionem a fonte e informem à CEPAL sobre essa reprodução.

Este estudo foi elaborado no âmbito do Programa Executivo de Cooperação entre a CEPAL e o Ipea.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS.....	8
3 DINÂMICA DE ABERTURA DAS OSCs NO BRASIL.....	12
4 DINÂMICA DE FECHAMENTO DAS OSCs NO BRASIL	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

SINOPSE

Este estudo teve como objetivo sistematizar e apresentar dados sobre a criação e o fechamento das organizações da sociedade civil (OSCs) brasileiras no período 1901-2020, a partir da base de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) disponibilizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Os resultados expostos constituem um levantamento inédito englobando o conjunto de mais de 1 milhão de organizações criadas nos últimos 120 anos no país e distribuídas por todo o território nacional.

Palavras-chave: sociedade civil; terceiro setor; entidades sem fins lucrativos; organizações; Brasil.

ABSTRACT

This study aimed to systematize and present data on the creation and closure of Brazilian civil society organizations (CSOs) from 1901 to 2020, based on the National Registry of Legal Entities (CNPJ) database provided by the Brazilian Secretariat of the Federal Revenue (SRFB). The exposed results constitute an unprecedented survey encompassing the set of more than one million organizations created in the last 120 years in the country and distributed throughout the national territory.

Keywords: civil society; third sector; nonprofit organizations; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil (OSCs) são uma forma institucional específica marcadas pela diversidade de aspectos que as caracterizam, assim pela heterogeneidade nos padrões de interação que estabelecem entre si, com o Estado, a iniciativa privada e outros atores da própria sociedade civil. De maneira geral, as análises sobre o papel desempenhado pelas OSCs nas sociedades contemporâneas tendem a estar majoritariamente associadas a duas perspectivas.¹ Na primeira delas, as OSCs são entendidas no debate sobre a dinamização da sociedade civil nas democracias contemporâneas em que, conjuntamente com os movimentos sociais, assumem papel central na diversificação das instâncias associativas, participativas e deliberativas que compõem a esfera pública (Pateman, 1992; Dahl, 1997; 1998; Held, 1987; Lavallo, Houtzager e Castello, 2012). Sob o viés da segunda perspectiva, as OSCs são apresentadas a partir do papel que desempenham como parceiras estratégicas do Estado na oferta de bens e serviços (Pires e Vaz, 2014; Lopez e Barone, 2013; Lopez e Abreu, 2014).

Como tratado em publicação anterior (Mello, 2019), é possível observar, na literatura, o tema que, mesmo no escopo dessas duas perspectivas, figura distintas visões sobre as possíveis formas de atuação dessas organizações e o papel que assumem na sociedade civil e em suas relações com outros atores.

Em relação à primeira perspectiva, são apresentadas, com os movimentos sociais, como atores-chave para entender o processo de democratização e a crescente permeabilidade do Estado em relação às demandas sociais específicas capazes de provocar mudanças, ampliar direitos e aperfeiçoar mecanismos de representação e transparência pública (Lavallo e Barone, 2015; Avritzer, 2007; 2012; Dagnino, 2002; 2004; Reis, 2013; Gohn, 2013; Koslinski, 2013). Entretanto, no rol das críticas à atuação das OSCs, figurariam também contradições inerentes à própria esfera civil, em que fenômenos como a “mercantilização da sociedade civil” – em contextos de redução do Estado – e a “burocratização da sociedade civil” – em cenários de ampliação das articulações com a esfera estatal – são vistos como riscos à autonomia e à liberdade da atuação dessas organizações (Baião, Peci e Costa, 2015; Teixeira, 2002; Caldas, 2013; Burity, 2005; Medeiros, 2013).

1. Isso não quer dizer que não existam outras perspectivas analíticas sobre o tema. Estudos como os de Berman (1997) e Bermeo (2000) abordam as OSCs a partir do papel que podem desempenhar no enfraquecimento de regimes democráticos e no fomento a medidas de cunho autoritário e não republicano em diferentes contextos políticos.

No que tange à segunda perspectiva, as OSCs podem ser compreendidas, por um lado, como entidades que desempenham papel crucial na ampliação da capilaridade das políticas públicas, além de complementar a atuação governamental de maneira mais eficiente e contribuir para uma maior adesão das iniciativas à realidade local vivenciada por territórios e suas populações (Dysman, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013). Por outro, são vistas como organizações que contribuem para a fragmentação e a dispersão das políticas em contextos de redução das responsabilidades do Estado sobre a provisão de bens públicos, alinhadas com interesses de seus financiadores ou grupos que representam ou vocalizam capazes de mobilizar montantes significativos de recursos caracterizados por mecanismos frágeis de responsabilização e controle (Montaño, 2002; Violin, 2006; 2008; Nogueira, 2003; Alvarez, 2009; Petras, 1999; Lavalle e Bueno, 2013). As OSCs podem ainda desempenhar papel estratégico na defesa de interesses e causas não democráticas e autoritárias como salienta Berman (1997).

Diante disso, e dada a trajetória de expansão e fortalecimento do terceiro setor no país, assim como a complexificação das interações engendradas com os demais atores da esfera pública e privada, fica evidente a relevância de produzir análises que ampliem a capacidade de compreensão sobre a estruturação desse rol de entidades no país e suas principais características.

Esforços de mapeamento e de apresentação de perfil predominante dessas organizações já foram levados a cabo e disponibilizaram importantes achados sobre o setor no país (Lopez, 2018; Mello, 2019; Mello, Pereira e Andrade, 2019; IBGE, 2019);² no entanto, persiste ainda uma lacuna analítica sobre a trajetória de longo prazo dessas organizações. Quais fatores contribuem para o seu surgimento e para o encerramento de suas atividades? Como esforços de institucionalização e formalização dessas organizações se alteraram ao longo do tempo? Quais temas ganharam ou perderam relevância em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos? Essas e outras questões nos ajudam a entender a dinâmica dessas organizações no país, seu histórico e principais tendências observadas e podem servir como subsídio para o planejamento de ações e estratégias dentro e fora do âmbito estatal voltadas para o fortalecimento dessas organizações e de sua capacidade de atuação sobre problemas e demandas que perpassam o cotidiano da população brasileira.

Para isso, este texto busca entender os principais aspectos que marcaram a trajetória dessas organizações no Brasil, a partir de dados de abertura e fechamento de OSCs disponíveis no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) no período 1901-2020. Visando sistematizar melhor os achados, a análise foi dividida entre os processos de abertura e de fechamento de OSCs e foram observados aspectos como: distribuição temporal, áreas de atuação, natureza jurídica, taxa de sobrevivência, entre outros.

2. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Além desta introdução, o texto conta com outras quatro seções. A seção 2 apresenta os principais procedimentos metodológicos adotados na análise. A seção 3 dá início à apresentação dos resultados abordando apenas a ótica da criação dessas organizações, independentemente de estarem ainda ativas hoje, enquanto a seção 4 será dedicada a compreender a dinâmica de fechamento das organizações. A seção 5 traz as considerações finais em que os principais resultados serão retomados em articulação com os pressupostos teóricos apresentados ao longo do texto.

2 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo analisou os dados contidos no Mapa das Organizações da Sociedade Civil (Mapa das OSCs), a partir do CNPJ disponibilizado pela SRFB, cobrindo um período de cerca de 120 anos. O Mapa das OSCs é uma plataforma digital³ que, desde 2016, consolida e disponibiliza informações sobre o universo das OSCs brasileiras em atividade. Sua criação foi prevista no Decreto nº 8.726/2016 (Brasil, 2016), que regulamenta a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das OSCs, e seu objetivo é servir como um instrumento de transparência, organizando e disponibilizando informações cadastrais e a respeito da atuação das OSCs brasileiras. A plataforma serve como fonte de informações para subsidiar decisões da gestão pública e apoiar a elaboração de estudos sobre o terceiro setor.

Para fins operacionais, as OSCs são definidas como entidades privadas, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, autoadministradas e voluntárias com atuação nos mais distintos temas de políticas públicas e defesa de direitos (Lopez, 2018).

A base de dados de referência utilizada pelo Mapa das OSCs para a identificação e obtenção de informações básicas cadastrais sobre cada uma dessas entidades é o CNPJ, disponibilizado de forma pública pela SRFB desde 2017. A base do CNPJ é uma fonte de informação do tipo estoque, na qual continuamente são inseridas novas entidades, mas que apenas registra a última atualização de cada uma de suas características, captando todas as entidades e estabelecimentos filiais domiciliados no Brasil e seus estabelecimentos domiciliados no exterior (Pereira e Andrade, 2021).

Essa característica da base de dados disponibilizada pela SRFB impõe alguns limites a análises da série temporal exatamente por não permitir a visualização das alterações de categorização ou classificação das variáveis que caracterizam cada uma das entidades. Não é possível observar, por exemplo, se determinada OSC já esteve classificada em outra natureza jurídica ou área de

3. O Mapa das OSCs pode ser acessado em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>.

atuação distinta da classificação atual. Nesse sentido, todos os dados de perfil apresentados na análise se referem à última atualização contida como referência para cada uma das OSCs presentes na base.

Os critérios de identificação e classificação de OSCs adotados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) são baseados em diretrizes nacionais e internacionais,⁴ operacionalizados em forma de algoritmo e atualizados e revisados a cada dois anos pela equipe de desenvolvimento da plataforma.⁵ Como o objetivo desta pesquisa foi estudar a dinâmica de abertura e fechamento de OSCs, foi necessário utilizar a base de dados que deu origem à versão mais atual do Mapa das OSCs, ou seja, o cadastro do CNPJ de novembro de 2020. A base continha mais de 46 milhões de registros de CNPJ, na qual 1.116.354 entidades foram identificadas como tais organizações, em atividade ou não, após a utilização do algoritmo de identificação de OSCs.⁶ Entre estas, 815.676 constavam como em atividade e estão inscritas atualmente no mapa. A base de dados de 1,1 milhão de OSCs, contendo organizações ativas ou não, foi utilizada como referência neste estudo, abrangendo também informações sobre natureza jurídica, data de fundação, situação cadastral, data da situação cadastral, Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e localização geográfica.

A tabela 1 detalha a distribuição do total de OSCs considerado na análise e sua distribuição entre ativas e inativas. Cerca de 70% das organizações constavam como ativas ao final de 2020. São 815.676 OSCs com CNPJ cuja situação cadastral na Receita Federal estava definida como ativa, inapta ou suspensa, conforme os critérios adotados pelo Mapa das OSCs.⁷ As demais organizações foram classificadas como inativas e continham CNPJs nas situações cadastrais baixada ou nula.⁸

4. Esses critérios são discutidos em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil); na publicação conhecida como Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households (COPNI) da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como em publicações do Ipea (Lopez, 2018; Andrade e Pereira, 2019).

5. Maiores detalhes são apresentados em Pereira e Andrade (2021).

6. Todos os detalhes sobre o *script* de identificação das OSCs estão detalhados, passo a passo, em Pereira e Andrade (2021).

7. Organizações com o CNPJ nessas situações podem exercer suas atividades regularmente. Para mais informações, ver Pereira e Andrade (2021).

8. Para saber mais sobre a situação de cadastro do CNPJ na Receita Federal, ver a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3UHMUaq>>.

TABELA 1**Distribuição das OSCs por situação cadastral – Brasil (2020)**

Situação cadastral	Número de OSCs	
	Total	%
Total	1.161.354	100,0
Ativas	815.676	70,2
Ativa	528.327	64,8
Inapta	283.789	34,8
Suspensa	3.560	0,4
Inativas	345.678	29,8
Baixada	344.571	99,7
Nula	1.107	0,3

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

O gráfico 1 apresenta os dados das OSCs ativas ou inativas por ano de fundação, indicando as entradas (abertura) de organizações, e por ano de baixa ou inatividade do CNPJ, indicando as saídas (fechamento) de organizações.⁹ Os dados de saída das organizações sociais mostram dois anos com muitas baixas de CNPJ: 2008 e 2015. A justificativa para esse expressivo número de organizações com CNPJ baixado em 2008 foi a publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.035, de 28 de maio de 2010.

Art. 1º Ficam baixadas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inaptas até 31 de dezembro de 2008, nos termos dos incisos I, II e III do art. 34 da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007, e permaneceram nessa situação até a data de publicação desta instrução normativa (Brasil, 2010).

Para ser declarada inapta, a inscrição no CNPJ da entidade precisa ter deixado de apresentar informações sobre cinco ou mais exercícios consecutivos, Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) – inativa ou DSPJ – simples e, mesmo após ter sido intimada, não tenha regularizado a situação ou tenha deixado de apresentar essas mesmas declarações em um ou mais exercícios, mas

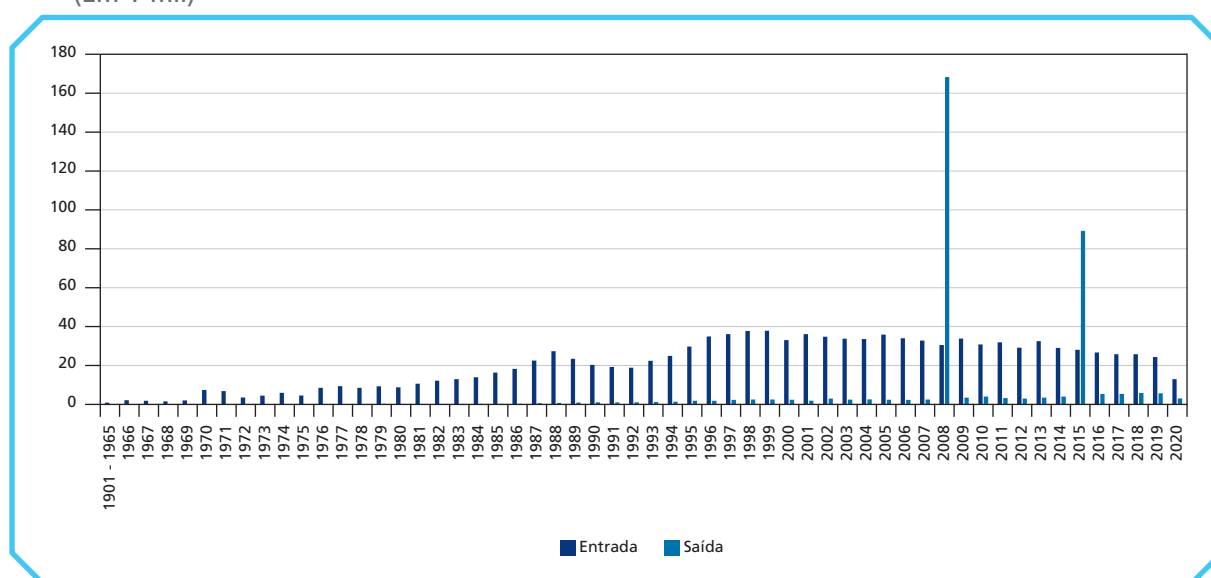
9. Lembrando que os dados utilizados são de novembro de 2020 e referem-se ao último movimento de atualização do CNPJ na Receita Federal. Uma vez que o CNPJ foi baixado, ele pode ser ativado novamente, mas, devido à base de dados não dispor de todos os movimentos, utilizamos apenas a última atualização.

TEXTO para DISCUSSÃO

não foi localizada, ou seja, inexistente de fato (Brasil, 2007). Essa instrução normativa serviu ainda como referência para a Lei nº 11.941/2009. Em 2015, as baixas de CNPJ ocorreram pelo mesmo motivo, mas sem a criação de uma lei específica para esse ano, apenas utilizando o regramento anterior.

GRÁFICO 1

Distribuição das OSCs ativas ou não, por ano de fundação e ano de inatividade – Brasil
(Em 1 mil)



Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 1.116.290 OSCs analisadas, pois 64 não tinham informações do ano de fundação.

Em relação aos fechamentos, cabe mencionar que, em função das características de base de CNPJs, não é possível identificar com precisão o momento em que determinada entidade encerra suas atividades. Ou seja, uma OSC pode ter tido sua baixa registrada em um ano, mas ter encerrado suas atividades muito antes. Somado a isso, o volume atípico de saídas identificado em 2008 e 2015 indica esforços de limpeza da base e ajustes na situação cadastral do CNPJ de diferentes organizações que fazem com que haja grande concentração de saídas a partir dos anos 2000, embora não seja possível afirmar que parte dessas organizações já não estivesse inativa antes disso.¹⁰

As próximas seções analisarão, de maneira separada, a dinâmica de abertura e de fechamento das OSCs levando em consideração aspectos como: distribuição temporal e geográfica, concentração em áreas temáticas e tipo de organização. Quando tratarmos a abertura de OSCs,

10. Maiores detalhes sobre este ponto serão abordados na seção 4 deste texto.

será considerado o total de 1.116.354 organizações, independentemente de sua situação atual (ativa ou inativa), e, para abordar o fechamento, serão consideradas as 345.678 organizações que tiveram suas atividades encerradas ao longo do período analisado.

3 DINÂMICA DE ABERTURA DAS OSCs NO BRASIL

As últimas décadas foram marcadas por mudanças significativas no âmbito das inovações institucionais voltadas para a participação política, contribuindo não apenas para o surgimento crescente de atores societais, mas também para a constituição de espaços e atribuição de prerrogativas a esses novos atores no transcorrer das diversas fases de produção das políticas públicas. Tais inovações ampliaram as instâncias de participação, fortalecendo a atuação de organizações sociais já existentes e fomentando a proliferação de novos arranjos. O incremento desses canais participativos teria sido influenciado, fundamentalmente, por dois fenômenos: i) a ampliação da presença de atores da sociedade civil, dotados de maior ou menor grau de institucionalização, na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas; e ii) o crescimento expressivo de canais institucionais no âmbito da estrutura estatal (Mello, Pereira e Andrade, 2019).

Diferentes estudos têm analisado em que medida as variações observadas no perfil das OSCs brasileiras estariam em consonância com dispositivos institucionais que promoveram mudanças no campo de ação governamental, em especial no que diz respeito à maior ou menor abertura de canais institucionais de participação e à produção de políticas públicas como conselhos, conferências, audiências públicas, editais públicos para contratação de serviços de entidades sem fins lucrativos, comitês gestores de programas com composição paritária, entre outros (Abers e Bulow, 2011; Carlos, 2015; Lavallo e Barone, 2015).

De maneira geral, essas análises assumem que as condições de existência e atuação dessas organizações estiveram relacionadas, em algum grau, com mecanismos a partir dos quais as múltiplas interações entre Estado e sociedade civil foram significadas e operacionalizadas. A postura antiestatista e de oposição reivindicada pelas organizações criadas nos anos 1970 e 1980, por exemplo, teria constituído uma reação ao regime autoritário e à escassez de espaços de diálogo durante o período da ditadura civil-militar no país (Avritzer, 2007; Dagnino, 2002; 2004; Gohn, 2011; 2013).

Sob a mesma lógica, a expansão de organizações com perfil mais “profissionalizado”, orientadas pela “lógica de resultados” e posicionadas como parceiras estratégicas no âmbito de programas governamentais durante a década de 1990, estaria atrelada à adoção de uma postura

estatal distinta, materializada pela ampliação das parcerias governamentais no âmbito do programa Comunidade Solidária e pela aprovação da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) aliadas ao cenário de redução significativa dos investimentos internacionais direcionados às organizações brasileiras (Medeiros, 2013; Mendes, 1999). A esse respeito cabe ressaltar, no entanto, que apenas uma parcela minoritária das OSCs estabelece parcerias formais com previsão de repasse de recursos públicos. Quando considerada a esfera federal, por exemplo, apenas 2,7% das OSCs foram identificadas como receptoras de transferências públicas (Mello, Pereira e Andrade, 2019). Ou seja, os impactos produzidos por mudanças político-legais baseadas na ampliação das parcerias, repasses ou formas de contratualização entre as OSCs e o Estado afetariam um número restrito de OSCs, e não o conjunto de entidades do setor.

Os anos 2000, por sua vez, teriam representado uma etapa de aprofundamento nas relações socioestatais em razão de fatores como a incorporação de representantes da sociedade civil como quadros governamentais, a expressiva expansão de estruturas participativas como conselhos, conferências e fóruns, assim como o crescente investimento de recursos públicos em parcerias firmadas com as OSCs (Abers e Bulow, 2011; Avritzer, 2007; 2012; Carlos, 2015; Gohn, 2013; Lavalle e Barone, 2015). No bojo da diversificação dessas interfaces (Pires e Vaz, 2014), o debate acerca da atuação da sociedade civil nas políticas públicas passou a abarcar ainda aspectos ligados às fragilidades regulatórias e seu impacto sobre as parcerias e possibilidades de aperfeiçoamento dos instrumentos de controle sobre recursos e projetos executados pelas OSCs.

Apesar disso, a institucionalização de OSCs tem início muito antes da profusão desses novos canais de participação que marcaram a trajetória do estado e da produção de políticas públicas no pós-Constituição Federal de 1988. A despeito da emergência formal dessas organizações se ampliar fortemente após os anos 1960, provavelmente como resultado da criação do Cadastro Geral de Contribuintes, regulamentado pelas leis nºs 4.503/1964 e 5.614/1970,¹¹ que alterou a forma de registro de entidades privadas, não implica dizer que não havia tecido associativo no país antes desse período, dada a existência de atores e organizações que atuavam de maneira informal ou não institucionalizada no âmbito da sociedade civil desde o final do século XIX. Essas organizações constituíam associações de auxílio ou socorro mútuo (mutuais), mas também entidades religiosas como confrarias, irmandades e ordens terceiras (Jesus, 2007).

Como indício da “agitação societal” existente na virada do século XIX para o XX, Lavalle e Szwako (2015) incorporam à discussão os inúmeros movimentos de revolta e/ou messiânicos ocorridos no início do século, assim como o próprio movimento abolicionista ainda no século XIX.

11. A formalização de pessoas jurídicas antes era regida pelo Decreto nº 164/1890.

A compreensão sobre as formas assumidas pela sociedade civil, nesse caso, passa pelos critérios adotados para definir esses referenciais. Institucionalização e volume de organizações criadas são evidentemente indicadores relevantes para entender a trajetória da sociedade civil formal no país, mas não esgotam todas as possibilidades de compreensão sobre como atores e organizações societais se desenvolveram e travaram suas relações com o Estado no Brasil.

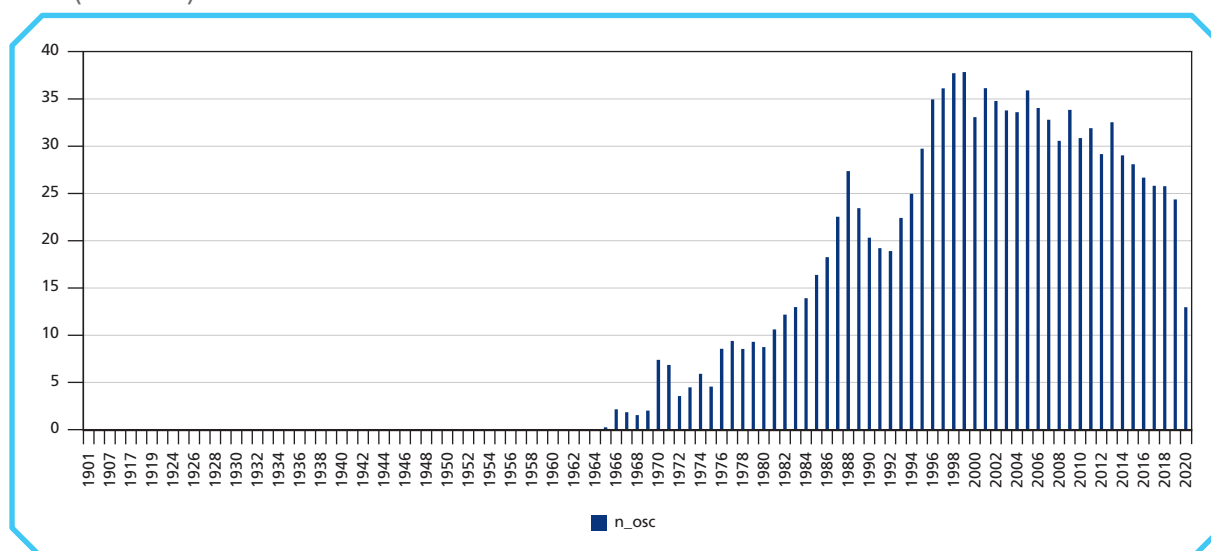
Os dados analisados neste estudo evidenciam que, em paralelo com o conjunto de organizações que atuava de maneira informal no país, até 1959 haviam sido criadas formalmente 420 organizações no país, como veremos a seguir. Longe de esgotarem as condições que caracterizaram a evolução temporal das OSCs, os aspectos mencionados anteriormente ilustram de que maneira a ressignificação dos sentidos e os modos de agir de atores socioestatais variaram ao longo do tempo, assim como a multiplicidade de posicionamentos e prerrogativas assumidos pelo Estado e pelos atores da sociedade civil no transcorrer de suas interações. Essas relações podem ter sido caracterizadas por movimentos de maior ou menor proximidade e de predisposições ora pautadas por esforços de cooperação ora de enfrentamento. Os resultados a seguir dialogam com esses aspectos e buscam trazer novos dados para ilustrar os diferentes arranjos de constituição das OSCs e suas relações com outros atores societais assim como com o aparato do Estado.

Considerando o total de 1.116.354 OSCs criadas entre 1901 e 2020, é possível identificar a expansão no número de organizações criadas da segunda metade da década de 1960 (gráfico 2), momento em que a sociedade civil no Brasil ganha densidade numérica e ocorre um maior incremento da institucionalização de atores e organizações societais.¹² Como mencionado anteriormente, esse fenômeno pode estar relacionado com mudanças legais na forma de registro e formalização de entidades privadas com e sem fins lucrativos, de maneira geral.

12. Para mais informações, ver Avritzer (1997), e, para uma visão crítica desse processo, ver Lavallo e Szwako (2015).

GRÁFICO 2

Distribuição das OSCs ativas ou não, por ano de fundação – Brasil (1901-2020)
(Em 1 mil)



Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 1.116.290 OSCs analisadas, pois 64 não tinham informações do ano de fundação.

Essa expansão é marcada majoritariamente por taxas positivas de crescimento quando considerada a evolução por décadas, mantendo uma tendência geral de crescimento até o período 2010-2019, em que a taxa de crescimento apresenta uma inflexão (tabela 2).

Após uma queda no número de abertura de OSCs e de uma diminuição das taxas de crescimento durante os anos 1990, é possível identificar, dos anos 2000 em diante, uma retomada na abertura dessas organizações, embora em ritmo menor. Inédita na série histórica observada, a redução na criação de novas organizações ocorrida no período mais recente chama atenção e poderia estar relacionada a inúmeros fatores que vão desde os desafios de sustentabilidade econômica dessas organizações até questões ligadas à menor permeabilidade do Estado ou à diminuição de instâncias de participação e mesmo de possibilidades de cooperação entre as OSCs e órgãos públicos em projetos específicos.

A análise da relação causal entre esses fatores não é objeto deste estudo, focado em apresentar descritivamente os aspectos que caracterizaram a evolução temporal das variáveis selecionadas, no entanto uma investigação centrada especificamente nas organizações criadas e encerradas neste período poderia contribuir para entender as diferentes dimensões que compõem a tendência de retração associativa observada desde 2010 no país.

TABELA 2

Distribuição das OSCs por década de abertura e taxas de crescimento em relação à década anterior – Brasil

Década de início	n_osc	%	taxa_crescimento
1901-1909	4	0,00	-
1910-1919	6	0,00	50,00
1920-1929	15	0,00	150,00
1930-1939	61	0,01	306,67
1940-1949	115	0,01	88,52
1950-1959	219	0,02	90,43
1960-1969	8.041	0,70	3571,69
1970-1979	68.596	5,97	753,08
1980-1989	166.384	14,49	142,56
1990-1999	282.178	24,57	69,59
2000-2009	338.526	29,48	19,97
2010-2019	284.184	24,75	-16,05
Sem informação	64	0,01	-
Total	1.148.393	100,00	-

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Os dados de 2020 foram excluídos para não distorcer a análise por década.

Observando os dados de abertura de OSCs a partir da distribuição geográfica (tabela 3), é possível verificar que 40% das OSCs criadas no período estão sediadas no Sudeste, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, seguido do Nordeste (25%) e do Sul (18%).¹³ Além da localização, pode-se observar as diferenças do tempo médio e máximo das entidades em cada região do país. Temos organizações centenárias em três (Nordeste, Sul e Sudeste) das cinco regiões e o tempo médio de atividade para todo Brasil é de 17,6 anos. Entre as regiões, os tempos médios de atividade variam, de forma decrescente, entre: Sul (18,9 anos); Sudeste (18,0 anos); Nordeste (16,7 anos); Centro-Oeste (16,0 anos) e Norte (15,7 anos). De forma geral, as médias de anos de atividade por Unidade da Federação (UF) são bem próximas, sendo o Amapá com a menor média de anos de atividade (13,8 anos) e o Rio Grande do Sul com a maior (20,0 anos).

13. Vale ressaltar que a eventual concentração de OSCs em determinadas regiões ou UFs, refere-se ao local de sede dessas organizações e não implica, necessariamente, a área de abrangência de seus projetos e ações.

TABELA 3

Distribuição das OSCs ativas ou não por região e UF, segundo tempo de atividade, situação de atividade – Brasil (2020)

Grandes regiões e UF	Tempo médio de atividade	Tempo máximo de atividade	Total OSC	%
Brasil	17,6	118	1.161.257	100,00
Norte	15,7	78	80.566	6,94
Acre	16,6	57	4.524	0,39
Amapá	13,8	55	4.278	0,37
Amazonas	15,6	78	15.094	1,30
Pará	16,3	73	32.152	2,77
Rondônia	16,0	66	10.977	0,95
Roraima	15,2	54	2.941	0,25
Tocantins	14,5	51	10.600	0,91
Nordeste	16,7	118	299.589	25,80
Alagoas	16,1	67	13.771	1,19
Bahia	16,8	110	79.924	6,88
Ceará	16,9	90	47.420	4,08
Maranhão	15,9	118	43.757	3,77
Paraíba	16,9	107	21.964	1,89
Pernambuco	17,0	107	43.080	3,71
Piauí	16,4	61	20.416	1,76
Rio Grande do Norte	17,4	99	17.319	1,49
Sergipe	17,3	102	11.938	1,03
Sudeste	18,0	114	475.281	40,93
Espírito Santo	16,8	73	23.784	2,05
Minas Gerais	18,3	104	127.264	10,96
Rio de Janeiro	18,3	99	95.032	8,18
São Paulo	17,9	114	229.201	19,74
Sul	18,9	102	212.983	18,34
Paraná	18,4	94	72.928	6,28
Rio Grande do Sul	20,0	97	79.879	6,88
Santa Catarina	18,1	102	60.176	5,18

(Continua)

(Continuação)

Grandes regiões e UF	Tempo médio de atividade	Tempo máximo de atividade	Total OSC	%
Centro-Oeste	16,3	88	92.838	7,99
Distrito Federal	16,0	58	21.691	1,87
Goiás	15,9	74	33.876	2,92
Mato Grosso	16,3	88	19.928	1,72
Mato Grosso do Sul	17,3	63	17.343	1,49

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 1.161.257 OSCs analisadas, pois 97 não tinham informações do ano de fundação e/ou da localização.

Analisando os dados por natureza jurídica da organização, observamos que a maior parte das OSCs criadas no período foram, majoritariamente, associações privadas (85,00%), seguidas de organizações religiosas (13,00%) e, em menor quantidade, as fundações privadas (1,60%) e organizações sociais (0,13%). Aqui cabe ressaltar que os tipos de natureza jurídica foram criados em momentos diferentes. As organizações religiosas foram definidas como natureza jurídica apenas em 2003, pela Lei nº 10.825/2003. Por sua vez, as organizações sociais, definidas na Lei nº 9.637/1998, constituem na verdade uma titulação conferida a entes privados sem fins lucrativos que atuam em áreas especificadas na legislação e atendem a determinados requisitos legais, no entanto constam como natureza jurídica na base de CNPJs a partir dos parâmetros definidos na Comissão Nacional de Classificação (Concla).¹⁴

A média de anos de atividade de *organização social* é a menor entre as categorias: 5,49 anos e a organização social mais antiga ainda em atividade foi fundada em 1975,¹⁵ ou seja, possui 45 anos de existência. Já *organização religiosa* possui média de 12,6 anos e a organização mais antiga ainda em atividade foi fundada em 1914,¹⁶ somando 106 anos de atividade. Para as categorias *associação privada* e *fundação privada*, as idades médias são mais próximas da média geral, 18,3 e 19,1, respectivamente, e as organizações mais antigas possuem 117 e 87 anos.¹⁷ Apesar de possuírem uma média de tempo de atividade maior, a fundação privada mais antiga ainda em atividade foi fundada apenas em 1933.

14. Para mais sobre isso, ver: <<https://bit.ly/3G3LrqK>>.

15. Esporte Clube Colorado.

16. Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras.

17. Associação privada: Loja Maçônica Rio Branco IV. Fundação privada: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

TABELA 4**Distribuição das OSCs por natureza jurídica, segundo situação de atividade – Brasil (2020)**

Natureza jurídica	Situação de atividade						Idade média
	Total		Ativa		Inativa		
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	
Associação privada	989.216	85,18	660.010	80,92	329.206	95,23	18,3
Fundação privada	18.724	1,61	12.211	1,50	6.513	1,88	19,1
Organização religiosa	151.951	13,08	142.029	17,41	9.922	2,87	12,6
Organização social	1.463	0,13	1.426	0,17	37	0,01	5,49
Total	1.161.354	100,00	815.676	70,23	345.678	29,77	17,55

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Em relação à formalização de organizações ao longo dos anos, observamos, por meio da tabela 5, que de maneira geral, durante a primeira década dos anos 2000, associações e fundações privadas apresentaram uma tendência de crescimento, apesar de oscilações entre os anos. Na virada para os anos 2010, essa tendência se inverte e as aberturas decrescem ano a ano.

Em contrapartida, *organização religiosa* e *organização social* apresentam uma dinâmica diferente para o período. Até 2008, *organização religiosa* apresentava números de abertura similares, abaixo de 2 mil OSCs por ano. Em 2009, esse número salta para 3 mil e, no ano seguinte, para 8 mil organizações, mantendo essa tendência de crescimento até 2017, quando apresentam uma redução do ritmo de abertura, mas ainda bem acima do patamar observado no início dos anos 2000, como indicado na tabela 5. Por sua vez, *organização social* apresenta dados residuais até 2009 com menos de dez aberturas por ano, quando sobe um pouco chegando a duas dezenas em 2013, e passa a apresentar um crescimento expressivo, chegando ao máximo de 256 aberturas em 2018. De maneira geral, o ano de 2020 apresenta uma redução no ritmo de surgimento de novas organizações, provavelmente devido à pandemia da covid-19, o que é verificado em todas as naturezas jurídicas.

TABELA 5**Distribuição da abertura de OSCs por ano, segundo natureza jurídica – Brasil (2020)**

Ano	Natureza jurídica			
	Associação privada	Fundação privada	Organização religiosa	Organização social
Até 2000	514.268	10.316	34.066	47
2001	33.821	762	1.543	5
2002	32.246	796	1.740	7
2003	31.767	529	1.484	5
2004	31.759	459	1.376	12
2005	33.564	551	1.778	8
2006	31.879	650	1.505	3
2007	30.733	647	1.411	5
2008	28.299	508	1.750	3
2009	30.237	544	3.054	8
2010	21.812	391	8.643	11
2011	21.376	411	10.101	15
2012	18.516	347	10.288	17
2013	20.824	336	11.356	21
2014	17.810	262	10.830	121
2015	16.745	297	10.811	235
2016	16.124	214	10.147	191
2017	16.197	163	9.192	256
2018	16.253	238	9.025	242
2019	16.544	186	7.463	173
2020	8.381	117	4.385	78
Sem informação	61	0	3	0
Total	989.216	18.724	151.951	1.463

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 1.116.290 OSCs analisadas, pois 64 não tinham informações do ano de fundação.

O gráfico 3 evidencia as mudanças ao longo das décadas, especialmente em relação às associações privadas e às organizações religiosas, que possuem dinâmicas distintas. Enquanto as organizações religiosas apresentam um salto no período recente, como efeito da criação dessa categoria em 2003, ganhando mais espaço no âmbito das organizações formais da sociedade civil,

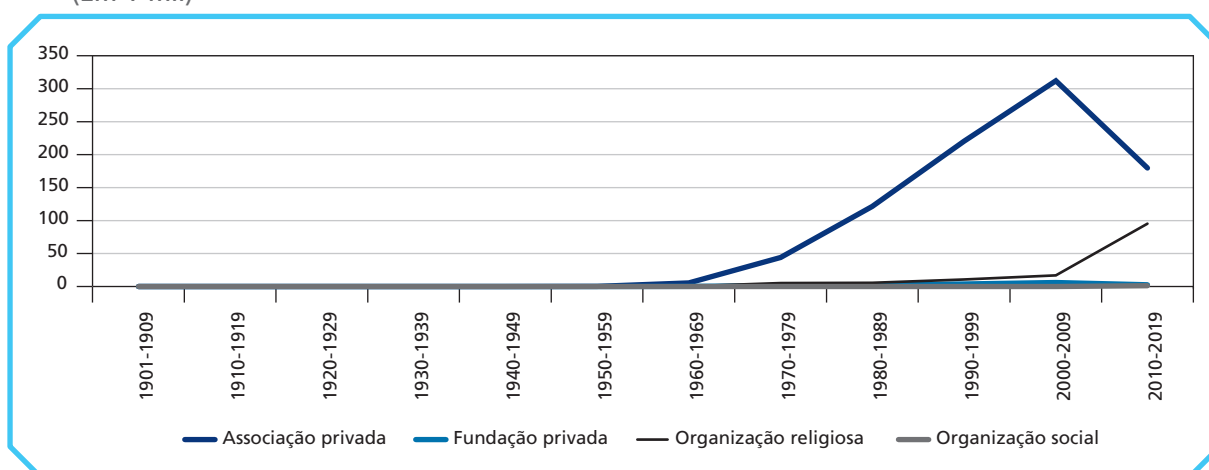
TEXTO para DISCUSSÃO

as associações privadas vêm em direção oposta, apresentando decréscimo. Essas mudanças podem estar relacionadas a um eventual maior protagonismo das entidades de cunho religioso entre novas organizações criadas ou a mudanças na lógica de classificação dessas entidades que, mesmo tendo entre suas atividades projetos religiosos, antes seriam registradas como associações privadas e agora passam a se identificar diretamente como organizações religiosas como decorrência da Lei nº 10.825/2003.

Por sua vez, o aumento observado na abertura de organizações sociais poderia estar relacionado com a ampliação, no período recente, da transferência de certas atividades tradicionalmente exercidas pelo poder público para OSCs sem a necessidade de concessão ou permissão, como previsto na Lei nº 9.637/1998, fruto de um dos pilares do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, que instituiu a figura jurídica das organizações sociais. Resta entender se o crescimento dessas organizações se refletiu em ampliação das parcerias com o Estado e, em caso positivo, em quais áreas isso teria ocorrido.

GRÁFICO 3

Distribuição da criação de OSCs, por natureza jurídica e década – Brasil
(Em 1 mil)



Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Em relação às áreas de atuação, o gráfico 4 mostra a variação entre os temas ao longo das décadas. Como mencionado anteriormente, essa classificação temática refere-se às informações de macro e microárea de atuação mais atuais contidas na base de CNPJ e não contempla eventuais mudanças cadastrais ocorridas ao longo do tempo nessas categorias. Em função da baixa variação, o período inicial da série (1901-1959) foi agregado para facilitar a visualização. Nesse período, as organizações criadas estavam distribuídas de maneira similar entre as áreas de *cultura e recreação*, *religião* e *desenvolvimento e defesa de interesses*. Nos anos 1960,

além dessas três áreas, ganham relevância os temas de *educação* e *saúde* como finalidades de atuação das OSCs criadas no período. Na década de 1970, ainda prevalecem as áreas de *cultura e recreação*, *religião*, *desenvolvimento e defesa de direitos*, com uma leve preponderância das organizações associadas a fins religiosos. Na década seguinte, organizações com atuação em *defesa e desenvolvimento de direitos* são majoritárias entre as novas aberturas com a inflexão dos demais temas, com exceção das *organizações patronais e profissionais* que aumentam no período, dando início a uma tendência que se mantém na década seguinte, em que organizações de defesa de direitos passam a representar mais da metade das finalidades das OSCs criadas (56%).

Na primeira década dos anos 2000, prevalece ainda o tema de *desenvolvimento e defesa de direitos*, mas voltam a crescer as organizações ligadas à *religião* e aquelas classificadas como *outras atividades associativas*. A segunda década indica uma mudança no perfil das OSCs criadas. Assim como observado nos anos 1970, a maioria das organizações criadas aponta como finalidade de atuação a *religião* e sobe também, quase empatando com o *desenvolvimento e defesa de direitos*, o número de OSCs que se classificam como atuantes em *outras atividades associativas*. Os dados de 2020, apesar de não serem indicativos de uma década, apontam resultados similares ao padrão verificado entre os anos 2010-2019 com preponderância de OSCs de cunho religioso entre novas aberturas.

Esses dados colocam em xeque a ideia de que haveria, no período mais recente, dois grupos de OSCs, um mais "autônomo" composto pelas organizações religiosas e outro mais atrelado à estrutura estatal envolvido diretamente na produção de políticas públicas e que seria composto principalmente por organizações classificadas como de *desenvolvimento e defesa de direitos*, além de *saúde* e *educação* (Avritzer, 2012). Em convergência com as críticas feitas por Lavallo e Szwako (2015) e Silva (2006) sobre os limites da noção de autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, estudos anteriores, como o de Mello, Pereira e Andrade (2019), indicam que, tanto em relação aos projetos executados com órgãos federais quanto em relação ao volume de transferências federais de recursos públicos, OSCs religiosas têm ampliado sua atuação em parceria com a esfera federal, inclusive em temáticas que, *a priori*, não são convergentes com atividades de cunho religioso, como ações de saúde para povos indígenas, por exemplo (Mello, Pereira e Andrade, 2019). Esses achados contribuem para problematizar a noção de que organizações religiosas seriam dotadas de maior autonomia em relação ao Estado e suas múltiplas formas de parcerização, demandando análises adicionais para entender as especificidades de atuação dessas entidades.

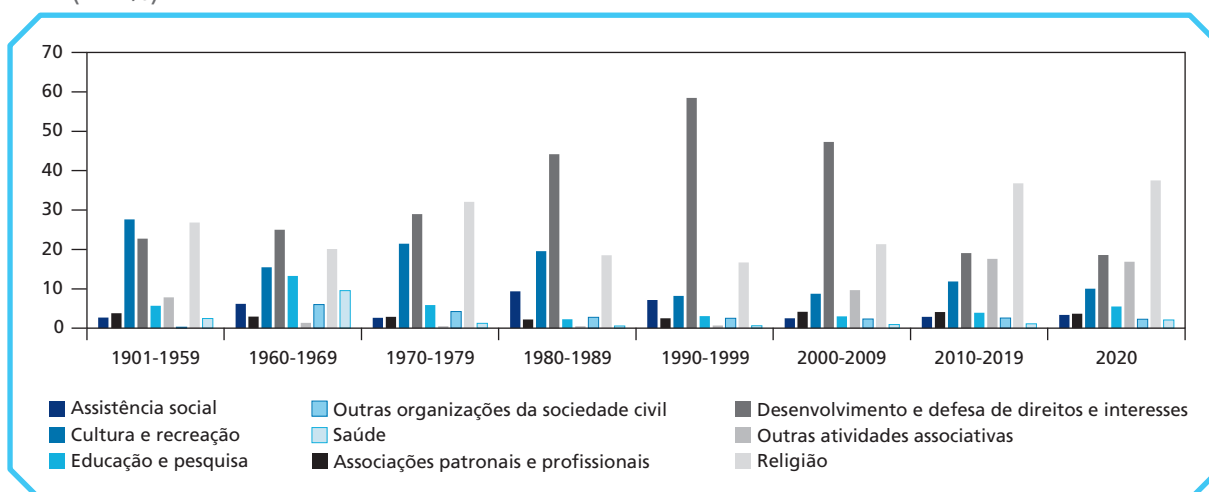
TEXTO para DISCUSSÃO

A análise sobre as parcerias firmadas com diferentes áreas governamentais pressupõe uma dinâmica de interdependência dessa relação, dado que as políticas executadas por meio dessas parcerias estão inseridas em um rol mais amplo de programas, metas e compromissos governamentais que definem parâmetros e possibilidades de ação dos atores envolvidos nesses processos. Os governos contam com o cumprimento de atribuições e funções assumidas pelas organizações, a fim de garantir a execução da política conforme o planejado ou alcançar objetivos e resultados específicos previstos. Simultaneamente, as OSCs que atuam na entrega e oferta de bens e serviços de maneira pactuada com a esfera estatal ganham em espaço e rol de atuação e como atores inseridos no processo de produção de políticas públicas.

GRÁFICO 4

Distribuição da criação de OSCs por área de atuação e décadas – Brasil

(Em %)



Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

4 DINÂMICA DE FECHAMENTO DAS OSCs NO BRASIL

Na contramão dos estudos sobre a dinamização da sociedade civil no Brasil, análises sobre os períodos de desmobilização associativa ou os motivos que levam ao fechamento de OSCs são mais escassos. Grande parte desses estudos aborda a questão da sustentabilidade econômica dessas organizações e as dificuldades enfrentadas pelo setor nos últimos anos na manutenção de suas atividades como consequência de fragilidades financeiras e institucionais.

Entre os fatores levantados para explicar esse fenômeno estão a queda no volume de financiamentos internacionais no setor a partir dos anos 2000 como decorrência do avanço nos indicadores socioeconômicos do país¹⁸ e da crise econômica de 2008 (Abong, 2014; Hopstein e Peres, 2021), assim como uma deterioração das condições de reprodução institucional das OSCs ligadas à escassez de recursos públicos e privados direcionados a essas organizações (Gife, 2018).

Em relação às parcerias com o poder público, argumenta-se que exigências burocrático-administrativas para a captação de recursos e execução de projetos levariam entidades menos estruturadas ou com dificuldades de gestão a fechar suas portas por não conseguirem diversificar suas fontes de financiamento. Por sua vez, também poderia contribuir para esse cenário o fato de empresas privadas tenderem a executar projetos próprios e oscilarem no volume de parcerias firmadas com as OSCs ao longo do tempo (Abong, 2014). Dados do Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) 2021 mostraram um aumento dessas parcerias como consequência das ações desenvolvidas na pandemia da covid-19 (Comunitas, 2022), mas ainda é cedo para saber se esse crescimento configura uma tendência ou um ponto isolado na curva das interações entre empresas/institutos empresariais e OSCs no país.

Levantamentos mais recentes apontam para o impacto do aprofundamento da crise econômica e social decorrente da pandemia sobre o setor (Hopstein e Peres, 2021). Como a série temporal analisada cobre apenas o ano de 2020, complementações posteriores serão necessárias para analisar o número de fechamentos em 2021 e 2022 e suas possíveis relações com o cenário atual.

A despeito das inúmeras possíveis explicações aventadas, quando analisados os motivos apontados no campo *situação cadastral* entre as organizações que foram encerradas na base da Receita Federal, observa-se que, entre aquelas que tiveram seu CNPJ *anulado*, são listados três motivos: anulação de inscrição indevida, anulação por vícios e anulação por multiplicidade, com os seguintes totais 74, 124 e 909, respectivamente.

Em organizações com o CNPJ *baixado*, temos como motivos “inaptação”, decorrente da Lei nº 11.941/2009 que suscitou a baixa em diversos CNPJ em 2008, e “omissão contumaz”, em 2015, que se refere à inscrição que ficou inapta por ter deixado de entregar suas obrigações por mais de cinco anos gerando a baixa de seu CNPJ pela Receita Federal. Nesse contexto, quase 73% das baixas de CNPJ ao longo do período foram feitas pela própria Receita Federal conforme a aplicação de normas internas e não necessariamente como resultado de uma ação da própria

18. O argumento aqui é de que o país teria saído do rol de países prioritários para direcionamento desses recursos, em geral, destinados a países com piores indicadores socioeconômicos.

TEXTO para DISCUSSÃO

organização de dar baixa em seu registro na Receita. Dessa forma, é possível observar que, entre os motivos para o fechamento, várias OSCs se tornam inativas por motivos de inaptidão ou omissão na Receita Federal o que poderia ser interpretado como resultado dos desafios vinculados à capacidade burocrático-administrativa de manutenção de suas atividades e de atendimento às exigências da Receita Federal ou mesmo a não atualização da situação cadastral na Receita após o encerramento de suas atividades.

TABELA 6

Distribuição das OSCs inativas que possuem situação cadastral baixada, segundo os motivos – Brasil (2020)

Motivo da situação cadastral baixada	Frequência	%
Baixa – tratamento diferenciado dados às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP)	140	0,04
Cisão total	30	0,01
Elevação a matriz	60	0,02
Encerramento da falência	50	0,01
Encerramento da liquidação	35	0,01
Extinção da filial	91	0,03
Extinção pelo encerramento da liquidação judicial	757	0,22
Extinção por encerramento da liquidação voluntária	90.550	26,28
Fusão	129	0,04
Inaptidão (Lei nº 11.941/2009, art. 54)	165.471	48,03
Incorporação	1.311	0,38
Inexistente de fato	73	0,02
Não início de atividade	1.208	0,35
Omissão contumaz	84.551	24,54
Registro cancelado	24	0,01
Transferência do órgão local à condição de filial do órgão regional	1	0,00
Transpasse	26	0,01
Total	344.507	100

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 344.571 OSCs analisadas, sendo que 64 não tinham informações do motivo da baixa.

Do total de 345 mil fechamentos de OSCs observados no período, a maioria ocorreu depois dos anos 2000, correspondendo a 92% do total, especialmente concentrados na primeira década,

quando mais de 191 mil OSCs tiveram suas atividades encerradas, em boa parte devido aos dois grandes movimentos de baixa feitos na base de CNPJs em 2008 e 2015. Como mencionado anteriormente, o dado administrativo da inatividade do CNPJ não nos permite afirmar com precisão que essas OSCs encerraram suas atividades no ano da sua baixa no cadastro.

Analisadas em comparação com a quantidade de OSCs criadas no período, pode-se verificar que o número de encerramentos corresponde a 57% das aberturas entre 2000 e 2009 e 46% do período seguinte. Isso também não significa que os fechamentos tenham ocorrido entre OSCs criadas no mesmo período, é possível que esses fechamentos sejam referentes a OSCs criadas em anos anteriores aos anos 2000, por exemplo.

TABELA 7**Distribuição da abertura e fechamento de OSCs por década – Brasil**

Década de início	Número de abertura de OSC	Abertura (%)	Número de fechamento de OSC	Fechamento (%)	Razão entre abertura e fechamento (%)
1901-1909	4	0,00	1	0,00	25
1910-1919	6	0,00	0	0,00	0
1920-1929	15	0,00	0	0,00	0
1930-1939	61	0,01	0	0,00	0
1940-1949	115	0,01	0	0,00	0
1950-1959	219	0,02	0	0,00	0
1960-1969	8.041	0,69	11	0,00	0
1970-1979	68.596	5,91	715	0,21	1
1980-1989	166.384	14,33	4.231	1,22	3
1990-1999	282.178	24,30	16.803	4,86	6
2000-2009	338.526	29,15	191.487	55,39	57
2010-2019	284.184	24,47	129.320	37,41	46
2020	12.961	1,12	3.046	0,88	24
Sem informação	64	0,01	64	0,02	100
Total	1.161.354	100,00	345.678	100,00	30

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Nesse sentido, é necessário analisar, para além do dado bruto de encerramento, a taxa de sobrevivência dessas organizações. Os eventos demográficos apresentados na tabela 8 indicam as organizações sobreviventes, as entradas (aberturas) e as saídas (fechamento) até os anos 2000 e ano a ano até 2020.

TEXTO para DISCUSSÃO

Conforme visto na seção 3, a abertura de novas OSCs foi aumentando até 1999, depois houve uma redução e as entradas se mantiveram em patamar similar até 2013. Após esse momento, o número de entradas diminuiu ano a ano, chegando em 2020 ao valor de 12.957 novas organizações. Em relação aos fechamentos, ou baixas de CNPJ, observamos que os valores foram aumentando, até alcançar o número máximo de desligamentos em um único ano em 2018, desconsiderando os valores de 2008 e 2015, anos atípicos da série, conforme mencionado na seção 2. Os dados de 2020 não representam o ano completo, visto que a informação se refere ao começo de novembro. Apesar disso, o fato de o número de encerramentos representar pouco mais de 50% do registrado em 2019 denota um possível arrefecimento na abertura de novas organizações devido ao período da pandemia de covid-19, como mencionado anteriormente.

TABELA 8

Distribuição das OSCs para os anos, segundo os tipos de eventos – Brasil

Ano	Situação			
	Ativas	Sobreviventes	Aberturas	Fechamentos
Até 2000	297.044	275.483	21.561	2.409
2001	321.195	297.044	24.151	1.949
2002	345.297	321.195	24.102	2.993
2003	369.211	345.297	23.914	2.477
2004	393.313	369.211	24.102	2.571
2005	420.227	393.313	26.914	2.393
2006	446.157	420.227	25.930	2.360
2007	471.737	446.157	25.580	2.549
2008	499.890	471.737	28.153	168.306
2009	531.261	499.890	31.371	3.480
2010	559.986	531.261	28.725	4.002
2011	589.798	559.986	29.812	3.268
2012	617.067	589.798	27.269	3.000
2013	647.761	617.067	30.694	3.480
2014	675.320	647.761	27.559	4.023
2015	702.265	675.320	26.945	89.181
2016	728.025	702.265	25.760	5.324
2017	753.179	728.025	25.154	5.436
2018	778.519	753.179	25.340	5.871
2019	802.719	778.519	24.200	5.735
2020	815.676	802.719	12.957	3.046

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 1.116.290 OSCs analisadas, pois 64 não tinham informações do ano de fundação. *Ativas* e *sobreviventes* referem-se a valores acumulados até o ano; e *entrada* e *saída*, a valores para o respectivo ano.

Os dados da tabela 9 trazem a abertura por décadas e quinquênios. As maiores taxas de saídas no período analisado foram entre 2005 e 2010, seguido pelo quinquênio 2011-2015, influenciados pelo volume atípico de saídas identificado em 2008 e 2015, com exceção dos períodos iniciais da série que contava com pouquíssimas organizações.

TABELA 9**Distribuição das OSCs para os períodos, segundo os tipos de eventos – Brasil (2020)**

Ano	Abertura	Fechamento	Sobreviventes acumulado	Abertura (%)	Fechamento (%)
1900-1910	4	1	3	133,33	33,33
1911-1920	6	0	9	66,67	0,00
1921-1930	18	0	27	66,67	0,00
1931-1940	66	0	93	70,97	0,00
1941-1950	117	0	210	55,71	0,00
1951-1960	244	0	454	53,74	0,00
1961-1965	436	1	435	100,23	0,23
1966-1970	14.961	23	15.373	97,32	0,15
1971-1975	25.398	64	40.707	62,39	0,16
1976-1980	44.554	873	84.388	52,80	1,03
1981-1985	66.056	1.305	149.139	44,29	0,88
1986-1990	111.901	3.758	257.282	43,49	1,46
1991-1995	115.220	6.489	366.013	31,48	1,77
1996-2000	179.716	11.656	534.073	33,65	2,18
2001-2005	174.212	12.383	695.902	25,03	1,78
2005-2010	162.093	180.697	677.298	23,93	26,68
2011-2015	150.719	102.952	725.065	20,79	14,20
2016-2020	115.569	25.412	815.222	14,18	3,12

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Obs.: Total de 1.116.290 OSCs analisadas, pois 64 não tinham informações do ano de fundação. *Entrada e saída* foram calculadas com base no número de organizações sobreviventes até o período.

Em relação à distribuição geográfica, os fechamentos seguem a mesma dinâmica verificada nas aberturas de OSCs com a região Sudeste respondendo por 40% dos fechamentos, seguida do Nordeste com 28% e do Sul com 18%. Por UF, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro lideram em número de fechamento, proporcionalmente à quantidade de OSCs com sede nesses estados.

TABELA 10**Distribuição dos fechamentos de OSCs por UF – Brasil (2022)**

Região	UF	Nº	Porcentagem na região	Porcentagem no total
Norte	Acre	1.170	5,39	0,34
	Amazonas	4.014	18,51	1,16
	Amapá	1.162	5,36	0,34
	Pará	9.017	41,58	2,61
	Rondônia	2.719	12,54	0,79
	Roraima	912	4,21	0,26
	Tocantins	2.694	12,42	0,78
Total Norte		21.688	100,00	6,27
Nordeste	Alagoas	5.080	5,17	1,47
	Bahia	22.639	23,04	6,55
	Ceará	13.958	14,21	4,04
	Maranhão	18.271	18,60	5,29
	Paraíba	6.631	6,75	1,92
	Pernambuco	15.259	15,53	4,41
	Piauí	6.655	6,77	1,93
	Rio Grande do Norte	5.857	5,96	1,69
Sergipe	3.903	3,97	1,13	
Total Nordeste		98.253	100,00	28
Sudeste	Espírito Santo	6.070	4,44	1,76
	Minas Gerais	38.453	28,15	11,12
	Rio de Janeiro	27.555	20,17	7,97
	São Paulo	64.538	47,24	18,67
Total Sudeste		136.616	100,00	40
Sul	Paraná	22.343	35,40	6,46
	Rio Grande do Sul	23.013	36,46	6,66
	Santa Catarina	17.766	28,15	5,14
Total Sul		63.122	100,00	18
Centro-Oeste	Distrito Federal	5.935	22,89	1,72
	Goiás	8.753	33,75	2,53
	Mato Grosso do Sul	5.300	20,44	1,53
	Mato Grosso	5.946	22,93	1,72
Total Centro-Oeste		25.934	100,00	8
Sem informação	-	65	100,00	0,02
Total Brasil	-	345.678	100,00	100

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Por natureza jurídica, verificamos que, em todas as categorias, os fechamentos se concentram após os anos 2000 e que, à exceção das saídas observadas em 2008 e 2015, a variação entre os anos é similar. A análise por década também não indicou grandes mudanças. Vale apenas ressaltar que o número de quedas entre as associações privadas após 2010 é menor do que a verificada na década anterior como indica a tabela 12.

TABELA 11**Distribuição dos fechamentos de OSCs, por natureza jurídica e ano – Brasil**

Ano	Natureza jurídica			
	Associação privada	Fundação privada	Organização religiosa	Organização social
Até 2000	20.716	987	2.467	0
2001	1.674	57	218	0
2002	2.199	88	706	0
2003	1.870	51	556	0
2004	2.245	81	245	0
2005	2.106	70	217	0
2006	2.142	90	128	0
2007	2.358	92	99	0
2008	165.940	2.249	117	0
2009	2.797	75	608	0
2010	3.399	128	475	0
2011	2.978	89	201	0
2012	2.773	108	119	0
2013	2.974	133	373	0
2014	3.563	149	311	0
2015	87.631	1.258	290	2
2016	4.582	180	557	5
2017	4.741	167	525	3
2018	5.029	153	682	7
2019	4.937	150	634	14
2020	2.491	158	391	6
Sem informação	61	0	3	0
Total	329.206	6.513	9.922	37

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

TABELA 12**Distribuição dos fechamentos de OSCs, por natureza jurídica e década – Brasil**

Ano	Associação privada	Organização religiosa	Fundação privada	Organização social	Total
1901-1909	1	-	-	-	1
1910-1919	-	-	-	-	0
1920-1929	-	-	-	-	0
1930-1939	-	-	-	-	0
1940-1949	-	-	-	-	0
1950-1959	-	-	-	-	0
1960-1969	9	2	-	-	11
1970-1979	699	11	5	-	715
1980-1989	3.696	411	124	-	4.231
1990-1999	14.204	1.834	765	-	16.803
2000-2009	185.438	3.103	2.946	-	191.487
2010-2019	122.607	4.167	2.515	31	129.320
Total	329.206	9.922	6.513	37	345.678

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

A maioria das organizações fechadas no país pertence à área *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* (41%), seguida das OSCs de *cultura e recreação* (13%) e de *religião* (11%), conforme a tabela 13.

TABELA 13**Distribuição dos fechamentos de OSCs, por área de atuação – Brasil (2020)**

Macro área de atuação	Total	%	Porcentagem em relação ao total de aberturas
Assistência social	8.214	8,2	49,20
Associações patronais e profissionais	8.836	2,6	22,92
Cultura e recreação	4.687	15,8	38,11
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	73.156	50,1	37,17
Educação e pesquisa	513	3,0	26,29
Outras atividades associativas	353	2,4	9,55
Outras organizações da sociedade civil	4.095	4,1	45,90
Religião	4.770	13,0	15,63
Saúde	54	0,9	26,30
Total	345.678	100,0	29,77

Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

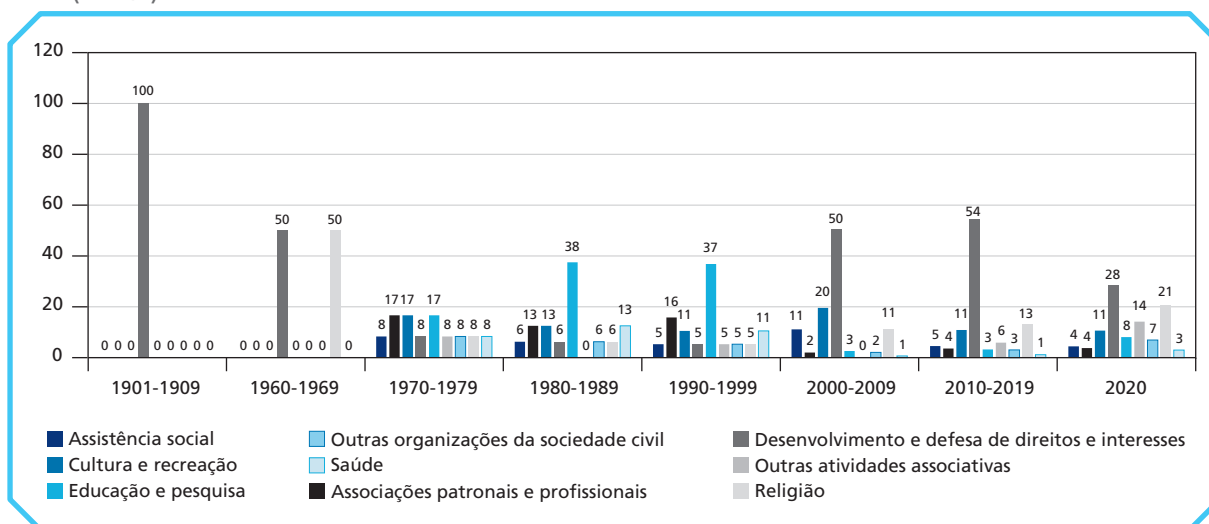
Entretanto, observando a dinâmica de abertura e fechamento em cada área de atuação, é possível perceber que organizações de *assistência social* e *outras organizações da sociedade civil* são aquelas que tiveram maior percentual de fechamento em relação ao número de aberturas: praticamente metade foi encerrada. As que possuem menor proporção de fechamentos são as de *religião* (9,5% de fechamentos) e *outras atividades associativas* (15,6%).

Ainda em relação às áreas de atuação, pode-se verificar que os fechamentos da primeira metade do século concentraram-se em OSCs da área *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* (gráfico 5). Na década seguinte, os fechamentos de organizações ligadas à *religião* ultrapassam a área *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses*, chegando a 64% das saídas registradas no período. As décadas de 1970 e 1980 apresentam uma maior diversificação das áreas de atuação das OSCs encerradas e a categoria *outras organizações associativas* responde pela maior parte dos fechamentos no período.

GRÁFICO 5

Distribuição dos fechamentos de OSCs, por área de atuação e década – Brasil

(Em %)



Fonte: CNPJ/Receita Federal. Disponível em: <<https://bit.ly/40Ynxnp>>. Acesso em: 2 maio 2023.

Os anos 1990 são marcados por uma melhor distribuição das áreas temáticas entre as OSCs que encerraram suas atividades. Ao longo das duas décadas dos anos 2000, *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* volta a liderar o número de fechamentos em relação às demais áreas. Em números absolutos, as áreas que respondem pelo maior número de encerramentos são *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses*, seguido por *cultura e recreação* e entidades ligadas à *religião*. As com menor número de fechamento são as de *saúde*, *patronais e profissionais*, *outras atividades associativas* e *educação e pesquisa*, o que poderia estar relacionado à natureza

das atividades desenvolvidas por essas organizações e sua atuação mais direta com determinados temas de políticas públicas, por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo sistematizar e apresentar dados sobre a criação e fechamento das OSCs brasileiras de 1901 a 2020, a partir da base de CNPJ disponibilizada pela SRFB. Os resultados expostos constituem um levantamento inédito englobando o conjunto de mais de 1 milhão de organizações criadas nos últimos 120 anos no país e distribuídas por todo território nacional.

Explorar a dinâmica de surgimento das OSCs contribui para uma melhor compreensão sobre como parte da sociedade civil, aquela formalmente constituída, se organizou ao longo de sua trajetória e quais temas foram objeto de maior ou menor relevância no decorrer das décadas. Esses achados dialogam com a literatura a respeito da consolidação da sociedade civil no Brasil e suas relações com o fortalecimento da democracia na contemporaneidade, assim como com as múltiplas formas de interação travadas entre sociedade civil e a esfera estatal via o estabelecimento de canais participativos, maior ou menor permeabilidade estatal a demandas sociais, mudanças de âmbito legal-normativo ou a partir do envolvimento efetivo dessas organizações na oferta de bens e serviços.

Os resultados indicam que, apesar de já haver atividade societal no país, o movimento de formalização dessas organizações ganhou força após a década de 1960, em especial a partir das décadas de 1970 e 1980, atingindo seu ápice durante os anos 2000. Do total de mais de 1 milhão de OSCs que já foram criadas no país, 99% foram formalizadas após os anos 1960, provavelmente como resultado da legislação que regulamentou o Cadastro Geral de Contribuintes, instrumento que antecedeu a criação do CNPJ, ocorrida apenas em 1998.

O perfil majoritário entre as OSCs criadas no país poderia ser descrito como associações privadas (85%) sediadas na região Sudeste (40%), com tempo médio de atividade de 17,6 anos, voltadas para as áreas *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* (40,0%) e *religião* (24,6%). Se considerarmos apenas aquelas OSCs que hoje estão ativas, 38% são organizações com atividades de *defesa de direitos e interesses* e 27%, de *organização religiosa*. Esse perfil sofreu variações ao longo do tempo e, no período recente, é possível identificar, por exemplo, a prevalência de OSCs de cunho religioso entre as novas aberturas e uma queda na criação de organizações ligadas à pauta *desenvolvimento e defesa de direitos*.

Em relação aos fechamentos, das 1.161.354 OSCs criadas em todo período, 345.678, cerca de um terço, tiveram suas atividades encerradas. O volume de fechamentos concentrou-se expressivamente após os anos 2000 (92,8%) e metade deles corresponde a organizações da área *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses*. Apesar dos achados derivados da base de CNPJ, estudos complementares focados nas 345 mil OSCs inativas e apoiados em estratégias metodológicas alternativas são necessários para avançar na identificação do momento no tempo em que essas organizações efetivamente encerram suas atividades, antes de procedimento de atualização cadastral efetivado pela Receita Federal no cadastro de CNPJs dessas entidades.

No que se refere a essas limitações, a análise no escopo de cada área de atuação indicou que organizações de *assistência social e outras organizações da sociedade civil* são as que possuem a maior proporção de fechamentos em relação ao número de aberturas. De cada 100 OSCs de *assistência social* abertas no país, 49 encerraram suas atividades, e entre *outras organizações da sociedade civil* cerca de 46 delas fecharam suas portas.

Achados similares sobre a redução do número de OSCs já haviam sido divulgados anteriormente, em convergência com o detalhamento apresentado neste texto. Além de confirmar esse cenário, a análise proposta buscou explorar, de forma mais detida, as dinâmicas de abertura e fechamento dessas organizações e suas variações de trajetória ao longo das décadas.

Os padrões observados no período recente diferem da dinâmica que prevaleceu nas décadas anteriores pautada, em grande medida, no aumento crescente e na complexificação temática dessas organizações. Nesse contexto, o arrefecimento no surgimento de novas organizações e mudança temática das novas aberturas sugerem uma nova fase da sociedade civil organizada? A redução do número de OSCs criadas e a concentração na área religiosa seriam elementos de uma fase pontual ou seriam produto de um novo momento da sociedade civil organizada no país?

Tais questões derivadas dessas discussões, pelos limites deste texto, não puderam ser aqui endereçadas em sua completude, mas merecem fazer parte das agendas de pesquisa sobre o futuro das OSCs no país e os inúmeros desafios para o seu fortalecimento. Entre eles, aspectos sobre como apoiar a pluralidade temática e representativa das OSCs em atividade no país em suas múltiplas articulações com instâncias estatais, assim como a sustentabilidade econômica dessas organizações diante de cenários de redução dos investimentos públicos e privados.

Esses desafios vão além, entretanto, e recaem sobre como construir estratégias de aumento da confiança, transparência e legitimidade das OSCs diante de diversos setores da sociedade ou como avaliar as potencialidades das interações entre Estado e OSCs na execução de políticas públicas. Vale também compreender em que medida as OSCs contribuem para o fortalecimento

efetivo da democracia e qual papel deveria ser desempenhado por elas sobre preocupações que compõem a agenda pública do país.

Por fim, este estudo se soma a esforços encampados pelo Ipea e por outros atores da sociedade civil, que não apenas dialogam com essas preocupações, mas também buscam fornecer um panorama amplo sobre a dinâmica de funcionamento das OSCs e os potenciais desafios que envolvem as articulações existentes entre Estado e OSCs.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; BULOW, M. von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, n. 28, p. 52-84, set.-dez. 2011.

ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs. **O dinheiro das ONGs**: como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades – e porque isso é fundamental para o Brasil. Ford Foundation, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3nuCobt>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ALVAREZ, S. Beyond NGOization? Reflections on Latin America. **Development**, v. 52, n. 2, p. 175-184, June 2009.

ANDRADE, P. G.; PEREIRA, A. C. R. **Por dentro do mapa das OSCs**: metodologia da base de dados (versão 2019). Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Nota Técnica Diest, n. 26). Disponível em: <<https://bit.ly/3LPRIOE>>. Acesso em: 2 maio 2023.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 39, p. 149-174, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/44kpWf9>>. Acesso em: 2 maio 2023.

_____. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In*: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 405-422.

_____. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012.

BAIÃO, A. L.; PECI, A.; COSTA, C. C. de M. Parcerias entre Estado e sociedade civil na perspectiva do capital social. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 74, p. 345-365, jul.-set. 2015.

BERMAN, S. Civil society and the collapse of the Weimar Republic. **World Politics**, v. 49, n. 3, p. 401-429, Apr. 1997.

BERMEO, N. Civil society after democracy_9 *In*: BERMEO, N.; NORD, P. G. (Ed.). **Civil society before democracy**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2000. p. 237-260.

BRASIL. Instrução Normativa nº 748, de 28 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 125, p. 7, 2 de jul. 2007. Seção 1. Disponível em: <<https://bit.ly/3USASox>>.

_____. Instrução Normativa nº 1.035, de 28 de maio de 2010. Dispõe sobre a baixa especial da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de pessoas jurídicas, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 102, p. 25, 31 maio 2010. Seção 1. Disponível em: <<https://bit.ly/3UttSVB>>.

_____. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 80, p. 18, 28 abr. 2016. Seção 1.

BURITY, J. Identidades coletivas em transição e ativação de uma esfera pública não estatal. *In*: LUBAMBO, C.; COELHO, D.; MELO, M. (Org.). **Desenho institucional e participação políticas: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 63-107.

CALDAS, E. Percepção identitária e construção de legitimidade: as fronteiras simbólicas das ONGs. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 83-98, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/40YSPug>>. Acesso em: 2 maio 2023.

COMUNITAS. **Relatório BISC 2021**. São Paulo: Comunitas, 2022.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Editora Unicamp, 2002. 364 p.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

DAHL, R. A. (Org.). **Poliarquia: participação e oposição**. Tradução de Celso Mauro Pacionik. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

_____. (Ed.). **On democracy**. New Haven: Yale University Press, 1998.

DYSMAN, M. C. A institucionalização das ONGs no Brasil: novos repertórios, dilemas e tensões. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 51-81.

GIFE – GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Destaques**: sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil. São Paulo: Gife, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3NSqvoN>>.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011.

_____. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio-ago. 2013.

HELD, D. (Org.) **Modelos de democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paideia, 1987.

HOPSTEIN, G.; PERES, M. **O papel e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da pandemia de covid-19 no Brasil**. Gife: São Paulo, 2021. (Série Estudos Emergência Covid).

JESUS, R. P. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

KOSLINSKI, M. Mecanismos de accountability e legitimidade das ONGs: possibilidades e limites. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 19-50.

LAVALLE, A. G.; BARONE, L. S. Conselhos, associações e desigualdade. *In*: ARRETCHE, M. **Trajatória das desigualdades**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 51-76.

LAVALLE, A. G.; BUENO, N. A tese da ONG-uização e as mudanças na sociedade civil na América Latina: Cidade do México e São Paulo. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 231-328.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. A construção política das sociedades civis. *In*: LAVALLE, A. G. (Org.). **O horizonte da política**: questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 185-259.

LIMA NETO, F. **Relação com o Estado na visão das ONGs**: uma sociologia das percepções. Brasília: Ipea, mar. 2013. (Texto para Discussão, n. 1820).

LOPEZ, F. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

LOPEZ, F.; ABREU, R. **A participação das ONGs nas políticas públicas**: o ponto de vista de gestores federais. Brasília: Ipea, abr. 2014. (Texto para Discussão, n. 1949).

LOPEZ, F.; BARONE, L. **As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais**: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011). Brasília: Ipea, nov. 2013. (Texto para Discussão, n. 1896).

MEDEIROS, R. A autonomia revisitada: marcos históricos nos padrões de relacionamento entre as ONGs e o Estado no Brasil. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 223-280.

MELLO, J. (Org.) Organizações da sociedade civil no Brasil. **Boletim de Acompanhamento Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 20, jun. 2019.

MELLO, J.; PEREIRA, A. C. R.; ANDRADE, P. G. **Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs?** Uma análise das transferências federais e dos projetos executados pelas OSCs no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2019. (Texto para Discussão, n. 2483).

MENDES, L. C. A. **Visitando o "terceiro setor" (ou parte dele)**. Rio de Janeiro: Ipea, maio 1999. (Texto para Discussão, n. 647).

MONTAÑO, C. (Org.). **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

NOGUEIRA, M. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. *In*: COUTINHO, C. N. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-234.

PATEMAN, C. (Org.). **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, A. C. R.; ANDRADE, P. G. **Por dentro do Mapa das OSCs**: metodologia da base de dados (versão 2021). Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2021. (Nota Técnica Diest, n. 56).

PETRAS, J. (Org.). **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999.

PIRES, R.; VAZ, A. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, v. 93, p. 61-91, set.-dez. 2014.

REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias (UFRGS)**, v. 8, p. 156-179, 2006.

TEIXEIRA, A. C. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Editora Unicamp, 2002. p. 105-142.

VIOLIN, T. (Org.). **Terceiro setor e as parcerias com a administração pública**: uma análise crítica. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 306 p.

_____. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Raízes Jurídicas**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 353-362, jan.-jun. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, P. G. *et al.* O trabalho formal nas OSCs em 2015: o perfil demográfico e a escolaridade dos vínculos de trabalho. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-72, jun. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas, n. 32).

MONTERO, P. (Org.). **Deus na aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006. 583 p.

PANNUNZIO, E.; SOUZA, A. G. de. (Org.). **Sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil**: desafios do ambiente jurídico brasileiro atual. São Paulo: FGV Direito SP, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3A7lzGO>>.

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO